

MISTURANDO ALHOS COM BUGALHOS OU A COMPLETA IGNORÂNCIA DE NOSSA MÍDIA NATIVA EM RELAÇÃO AO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

José Geraldo Pereira Baião*
(zegeraes@uol.com.br)

“Educação não é só ensinar o bê-á-bá,
é ensinar a população a ser soberana.”
(Paulo Freire, pedagogo)



Imaginemos, caro leitor, a hipotética situação:

João da Silva, um oftalmologista, não gosta do traçado da ponte pela qual tem de passar todos os dias com seu carro. Acha a ponte feia, considera que as colunas que a sustentam deveriam ser estilizadas e não retilíneas e sem vida como as que realmente vê em seu dia a dia. Para ele, ponte digna do nome deveria ostentar também vigas majestosas que a embezassem e seria totalmente iluminada à noite para que se lhe admire a requintada arquitetura. Para nosso oftalmologista, o fato de os viadutos reais e concretos mostrarem-se eficientes e adequados ao tráfego de veículos não os faz merecedores do nome de pontes, pois, em sua concepção, ponte digna de consideração deve, antes de tudo, primar pela estética.

Enfim, João da Silva, o oftalmologista, tem uma visão personalista e estilizante acerca desse tipo de construção viária. Decide, então, ele mesmo projetar um modelo ideal e convencer os demais usuários, que pelo viaduto passarão todos os dias com seus automóveis, da beleza e da perfeição de seu

* Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB).

Biblioteca Digital, disponível em <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/19636>>

projeto. Talvez se orgulhe o nosso oftalmologista – um esteta dos viadutos – em dizer que a sua seria não uma ponte, mas "a" ponte.

Não se deve condenar João da Silva por sua visão particular e idiossincrática a respeito de construções viárias. É um direito seu opinar, dar sugestões e expor a sua concepção a respeito desse e de outros assuntos. Aliás, constitui uma prerrogativa do qualquer cidadão ser partícipe ativo da sociedade em que vive. Afinal, uma sociedade democrática se define como tal justamente pela voz ativa do cidadão, o qual, em nosso país, infelizmente, em função de nossa profunda e secular desigualdade social, não passa ainda de sinônimo de "cidade grande", como bem observou certa feita Millôr Fernandes, o gênio do Méier.

Mas, perguntemo-nos: qual a competência de João da Silva para elaborar um projeto rodoviário? O que entende nosso amigo a respeito de cálculo estrutural para justificar seu projeto? Que conhecimentos técnicos possui acerca de engenharia de trânsito? Quem avalizaria a viabilidade da construção proposta pelo nosso oftalmologista? Está no seu direito ter uma concepção idealizada a respeito do assunto, mas, no entanto, faltam-lhe conhecimentos especializados que deem suporte ao seu projeto viário.

Esse singelo e alegórico exemplo possibilita-nos considerar outra situação: que conhecimento teórico possuem jornalistas, advogados e engenheiros, por exemplo, a respeito dos mecanismos estruturadores da língua? De que referencial, de bases acadêmica e científica, valem-se para justificarem suas posições e arrazoados acerca do uso do sistema linguístico numa comunidade de falantes? Que conhecimentos técnicos ou didático-pedagógicos têm acerca das diretrizes educacionais traçadas pelo poder público para o ensino de língua materna em nosso país?

Não se quer aqui negar o direito de jornalistas, advogados, engenheiros, ou quaisquer outros profissionais, exporem suas concepções acerca do fenômeno linguístico e seu respectivo ensino em nossas escolas, pois que falar sobre a linguagem constitui um ato identitário, já que todos nós – individual e coletivamente – definimo-nos a partir de atos sociais discursivos. Porém, temos de atentar para o fato de que nossos julgamentos acerca dos fenômenos relacionados à linguagem, para adequarem-se à realidade dos fatos, não devem basear-se em achismos recheados de subjetivação ou preconceituações, mas se assentarem em pressupostos coerentes respaldados por referenciais teóricos consistentes e por pesquisas que comprovem empiricamente nossas argumentações.

Esse rigorismo metodológico no estudo dos fenômenos relacionados à linguagem constitui o que distingue a ciência linguística dos demais enfoques não científicos em relação ao entendimento da linguagem humana. A Linguística não "acha" ou "prescreve" como a língua *deveria ser*, mas sim

descreve, por métodos científicos, como o fenômeno linguístico se realiza concretamente em uma comunidade de fala; a Linguística não justifica o "erro" (como muitas vezes se supõe), mas sim fundamenta cientificamente o uso da língua em situações observáveis concretamente na sociedade humana.

Transcrevemos, a seguir, passagem de texto de Caetano Veloso publicado em jornal de grande circulação nacional (O GLOBO, p.2):

"A pressa com que os sociolinguistas, em atitude verdadeiramente esnobe, desqualificam os jornalistas por conhecerem menos bem a norma culta do que eles próprios sugere uma euforia de superioridade, um deslumbramento de qualificação científica que mais aponta para uma vaidade arrogante do que para o alegado pendor igualitarista."

O leitor deste nosso artigo avalie e constate se nele encontra quaisquer indícios de pedantismo, arrogância ou esnobismo do autor, que se orgulha de seguir a corrente sociolinguística, que tantos avanços trouxe para o entendimento do fenômeno interacional humano. O que Caetano teria a nos dizer a respeito dos comentários de um engenheiro acerca da ponte projetada pelo nosso oftalmologista? Desautorizaria o engenheiro? Tachá-lo-ia de "deslumbrado", "vaidoso" e "arrogante" por apontar as inconsistências do projeto viário de João da Silva? Arriscaria a transitar com seu automóvel sobre uma ponte projetada e construída pela perspectiva de um profissional especializado na anatomia do globo ocular?

Para nossa sorte, o afamado compositor baiano não é em estética como se posiciona a respeito de assuntos relativos ao ensino da língua materna em nosso país.

Todas essas observações acima expostas vêm a propósito da celeuma (mais uma!) que se criou recentemente na mídia nativa acerca da distribuição pelo MEC às escolas públicas do livro *Por uma vida melhor*, de Heloisa Ramos. Na obra, a autora, com espírito democrático e em perfeita sintonia com o que prevê a proposta de educação inclusiva estabelecida pelo MEC, argumenta que, *em determinados contextos de comunicação*, é perfeitamente admissível que se diga, por exemplo, "os livro" ou "Nós pega o peixe". No entanto, a autora também deixa bem claro que, em situações formais, é recomendável, até mesmo em função do patrulhamento ideológico instaurador do preconceito linguístico, que se empregue a variedade padrão da língua, como "os livros" e "Nós pegamos o peixe".

Ao contrário do que esbraveja a mídia nativa, o livro didático em questão não ensina a "falar errado", mas sinaliza para o estudante que o

sistema linguístico – qualquer um – apresenta variações de uso e que, dependendo do contexto interacional, o falante pode optar por uma ou outra modalidade da língua. Nessa perspectiva, cabe à escola, portanto, preparar o aluno no sentido de capacitá-lo a efetuar proficientemente as escolhas linguísticas adequadas aos vários eventos comunicativos que perpassam a vida social.

Causa espanto – aliás, já não causa tanta surpresa assim, uma vez que se trata de fato recorrente – o desconhecimento, por parte da mídia nativa, de princípios elementares acerca do funcionamento da língua e o seu ensino em nossas escolas. Listaremos neste artigo, sucintamente, três aspectos básicos que passam ao largo das iracundas catilinárias midiáticas: a) a confusão que se criou no senso comum entre os conceitos de língua e gramática normativa; b) o desconhecimento da moderna proposta de educação pluralista e inclusiva recomendada pelo MEC; c) a não diferenciação entre livro didático e gramática normativa.

Primeiramente, deve-se atentar para o equívoco instaurado no senso comum, que nossa mídia grande insiste em reverberar (e, portanto, retroalimentar), que consiste na confusão conceitual entre língua e gramática normativa. A língua não se resume ao receituário – precário – exposto em nossas gramáticas tradicionais. O sistema linguístico constitui um fenômeno cognitivo e sociocultural, um processo vivo, adaptativo e dinâmico, sujeito, portanto, a inevitáveis variações e eventuais mudanças ao longo do tempo, tanto na sua modalidade falada quanto na escrita.

A essência de qualquer sistema linguístico consiste em possibilitar a comunicação e a interação social entre os sujeitos pertencentes a uma mesma comunidade de fala. Nesse sentido, a língua representa um espaço simbólico em permanente construção e reconstrução, em que interagem fatores sociais, culturais, históricos, cognitivos, pragmáticos, estéticos, discursivos, entre outros tantos e infindáveis aspectos da condição humana. A língua, portanto, não se esgotaria jamais a um "manual de instruções", uma vez que não se deixa amordaçar por uma pretensa "etiqueta" propugnada pelos comandos paragramaticais tão presentes em nossa mídia grande. Ou, na feliz colocação da escritora Hilda Hilst, "a língua não aceita espartilho", uma vez que se trata de um sistema complexo cujos elementos encontram-se em constante variação e, assim, sujeitos a inevitáveis adaptações e mudanças.

Não se quer aqui, contudo, desmerecer e muito menos condenar a gramática tradicional e seu ensino em nossas escolas. Muito pelo contrário. A gramática normativa, com sua milenar tradição, tem o seu valor no sentido de estabelecer determinadas categorias linguísticas e propor uma *relativa* uniformização no uso *escrito* do idioma em contextos *formais*. No entanto, afora esse viés meramente utilitarista e instrumental, deve-se condenar

qualquer tentativa de imposição dessa modalidade linguística sobre as demais variedades da língua, pois que, linguisticamente considerando, não há um uso da língua que se revele intrinsecamente "melhor" ou "mais correto" que outro. Qualquer produção linguística efetivamente empregada no meio social possui suas regras de estruturação, e não deriva de obra do acaso ou se mostra destituída regularidade ou sistematicidade.

Construções linguísticas como "os livro" e "Nós pega o peixe", por exemplo, revelam-se perfeitamente gramaticais; primeiro porque possibilitam a interação entre os falantes (razão de ser de qualquer sistema linguístico) e, segundo, porque, ao contrário do que se supõe, apresentam princípios de estruturação linguística regulares e sistemáticos, já que seriam agramaticais construções como "o livros", "livro os", ou então uma sequência como "o nós peixe pega", uma vez que nenhum usuário da língua as utilizaria em seus atos de fala cotidianos.

No caso do sintagma nominal "os livro", constitui uma sistematização linguística (portanto uma *regra*) o emprego do artigo antes do substantivo (e não posposto a ele) e a respectiva concordância desse determinante em gênero (masculino) com o nome a que se liga sintaticamente. Já a não flexão em número do substantivo deve-se ao fato de essa indicação flexional já se encontrar marcada no artigo (outra *regra*).

Em relação à sentença "Nós pega o peixe", não se verifica nada de esdrúxulo em sua estruturação, uma vez que segue o padrão paradigmático das sentenças em português (sujeito + verbo + complemento), e a não concordância da forma verbal com o sujeito segue a regra da marcação de pessoa no sintagma sujeito e a manutenção do verbo na 3ª pessoa do singular, como se observa em "eu trabalhava", "tu trabalhava", "ele/ela trabalhava", "nós trabalhava", "eles/elas trabalhava" (conjugação, aliás, idêntica à adotada pela língua inglesa, que faz "I worked", "you worked", "he/she/it worked", "you worked", "we worked"). Trata-se, como se vê, de uma sistematização ou uma regularidade em língua portuguesa, já que ninguém ouvirá uma construção como "Nós peguei o peixe" ou então "Nós pegaram o peixe", construções, essas sim, agramaticais, já que inexistentes na fala cotidiana dos falantes de nosso idioma.

Vê-se, assim, que há uma regularidade em construções como "os livro" e "Nós pega o peixe". A questão é que, por destoarem da (outra) sistematização imposta pela gramática tradicional, tais usos revelam-se estigmatizados socialmente, já que constituem registros linguísticos característicos de estratos desfavorecidos social e economicamente e, portanto, de baixo prestígio em nossa sociedade.

Deveria ser do conhecimento até do mundo mineral (para usar uma expressão recorrente de Mino Carta, jornalista por quem temos a mais alta

estima e cuja publicação, *Carta Capital*, foi voz corajosa e destoante em relação a toda essa pasmeira que se criou na mídia tradicional acerca do livro didático em questão) que o preconceito linguístico, escancarado em nossa mídia nativa, nada mais representa que uma estigmatização classista, já que por ele se discrimina, na verdade, o estrato social do sujeito que faz uso de determinada variedade não contemplada nos manuais tradicionais sobre a língua. Trata-se, portanto, de um explícito preconceito de classe travestido de pretensas considerações linguísticas.

Nossa mídia grande parece desconhecer completamente as propostas de educação pluralista e inclusiva preconizadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecidos pelo Ministério da Educação. Em momento algum tais orientações descuram, no entanto, do papel da escola em fazer do estudante um sujeito proficiente no uso de sua língua materna, como se pode constatar da seguinte passagem:

"O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem (sic) se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha e constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos." (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p.11-destaque nosso)

O ensino da norma padrão constitui, evidentemente, um dos acessos "aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania". A Linguística jamais negou tal fato, evidente por si só. O que não se concebe é impor-se hegemonicamente a gramática tradicional como único caminho a ser trilhado pela escola, uma vez que a afirmação da identidade do estudante passa, necessariamente, pelo reconhecimento, por parte dos estabelecimentos de ensino, da modalidade linguística do educando.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais se revelam por demais explícitos quanto à orientação inclusiva da educação a ser praticada na escola:

"O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma 'certa' de falar -

a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em dado momento histórico." (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p.21)

Em relação à abordagem da questão linguística por parte dos estabelecimentos de ensino no Brasil, os parâmetros deixam bem claro que:

"A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas." (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p.21)

Como se vê, a mídia grande, em sua ânsia pela notícia fácil, que causa estardalhaço e que, portanto, *vende*, faz ouvidos moucos a toda essa questão da inclusão social por meio do ensino de língua materna proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, que, diga-se de passagem, não foram elaborados agora, não constituem nenhuma novidade, pois datam de 1997, propostos na gestão do então ministro Paulo Renato Souza, no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Não há, portanto, qualquer fundamento em acusar tais orientações para o ensino de língua materna como coisa de esquerdista de meia-pataca, como amiúde e recorrentemente se tem ventilado por aí.

Outra confusão que impera no senso comum, e que nossa mídia tradicional encampa e propaga hegemonicamente, consiste na não diferenciação dos objetivos a que se propõem o livro didático e a gramática normativa tradicional. Frequentemente se imagina ambos constituírem a mesma coisa ou então almejarem igual objetivo, concepção que se mostra patentemente equivocada.

Da gramática normativa espera-se que ela se resuma a ser um mero manual de consulta, coisa basicamente instrumental, para aqueles que desejem ou necessitem escrever (ou eventualmente falar) de acordo com certo rigor formal e estilizado em determinados contextos comunicativos.

Assim como consultamos eventualmente o dicionário para esclarecermos a acepção de determinada palavra ou expressão, do mesmo modo devemos encarar a gramática normativa, ou seja, devemos considerá-la como um "manual de instruções", para nos orientar quanto a eventuais dúvidas em relação ao emprego da variedade padrão da língua. Assim como não se tem a totalidade do dicionário na cabeça, da mesma forma devemos conceber a gramática normativa, que não passa, portanto, de um mero manual para determinado uso protocolar e estilizado da língua em contextos formais. Dicionário e gramática normativa revelam-se extremamente úteis como utensílios de nossas estantes, aos quais podemos recorrer sempre que nos assaltar alguma dúvida quanto ao significado de palavras e expressões ou quanto a determinado emprego padrão da língua.

Já o livro didático possui outros – e mais nobres – objetivos. Sua função consiste em auxiliar o estudante, no dia a dia do processo de ensino-aprendizagem, no conhecimento, sistematização e apropriação dos vários gêneros textuais que perpassam e estruturam o meio social. O livro didático representa um constituidor da identidade linguística do estudante e instrumento de inclusão social, e não mero manual de consulta de que nos valem ocasionalmente para dirimir uma ou outra dúvida em relação ao emprego formal do idioma, papel social reservado à gramática tradicional. Em relação à relevância social do livro didático entre nós, lembremos que, num país onde o acesso à cultura letrada ainda se mostra tão precário, muitas vezes constitui o manual didático o único livro com que as pessoas têm contato ao longo da vida.

É por meio da obra didática de língua portuguesa, por exemplo, que o estudante tem acesso a uma sistematização da gama de gêneros textuais e eventos discursivos que fazem parte do *seu cotidiano*. O livro didático concebe a língua como um fenômeno efetivamente presente na vida do aluno, ao contrário da visão gramatical tradicionalista, que idealiza o sistema linguístico como uma estrutura etérea, abstrata e elitizada; alheia, portanto, ao dia a dia dos falantes concretos.

Ao contrário dos manuais normativos, o livro didático enfoca a *realidade interacional efetiva* do educando, explorando, por meio de textos variados e da intertextualidade, os aspectos culturais e discursivos do ambiente linguístico em que vive o estudante, não descurando, no entanto, de apresentar-lhe também outros contextos e realidades linguísticas dos quais ele terá de apropriar-se para que exerça plenamente seu papel de cidadão partícipe da sociedade.

O conteúdo da gramática tradicional se revela, em grande medida, idealizado, monolítico, unidirecional e meramente instrumental em relação à sua concepção de língua; já o livro didático aponta para realidades e

contextos variados, complexos e dialéticos, com os quais o estudante lida cotidianamente ou terá de apropriar-se para ter voz ativa na sociedade a que pertença.

Percebe-se, por meio do discurso da mídia grande, que se atribui socialmente ao livro didático a mesma competência da gramática normativa tradicional. Não se pode exigir, no entanto, de uma obra didática, plural e democrática em suas diretrizes e abordagens, que se limite a elencar uma precária receita de como deveria ser a língua, nos moldes literários de escritores do passado. A tarefa do livro didático de língua portuguesa constitui justamente esta: mostrar que não há "uma" língua portuguesa e sim, para usar uma feliz expressão de Saramago, "línguas em português".

Nossa mídia nativa parece não ter entendido absolutamente nada das argumentações consistentes, inclusivas e democráticas expostas pela autora de *Por uma vida melhor*. Não é demais lembrar que tais orientações acerca das variações e das mudanças na língua encontram-se presentes em praticamente todos os livros didáticos disponíveis no mercado editorial brasileiro, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997. Não há, portanto, novidade alguma nas palavras expressas por Heloisa Ramos em seu livro, cujo auspicioso título oxalá sirva para abrir os olhos dos donos do poder, incrustados em seus feudos indevassáveis e alheios à realidade social que os cerca, para o que realmente se pretende com as modernas orientações estabelecidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais: que tenhamos, todos, por meio de uma educação democrática, inclusiva, plural e solidária, uma vida melhor, sem discriminações ou preconceituações de qualquer espécie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*, MEC, 1997.

O GLOBO, "Segundo Caderno", edição de 22/05/2011.

SARAMAGO, José. *Língua: vidas em português*. (DVD) Brasil: Paris Filmes, 2003.